

DEFINIÇÃO DOS PRÓXIMOS PASSOS

Washington — A inesperada euforia da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), na sexta-feira, provocada pela decisão do governo de liberar o câmbio, depois de jurar até a véspera que não o faria, colocou as autoridades brasileiras e seus principais interlocutores no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Departamento do Tesouro numa situação peculiar. Tendo aceitado a resistência brasileira a uma política cambial que eles também consideravam excessivamente arriscada, precisam agora extrair uma vitória política da reação positiva inicial criada pela derrota da estratégia cambial que defendiam e apoiavam.

Da realização dessa mágica depende não apenas a preservação da parte do programa econômico brasileiro sobre a qual não há desacordo, ou seja, a necessidade de o Brasil fazer um forte e definitivo saneamento das contas do setor público, como a própria credibilidade política da equipe econômica, do FMI e do Tesouro, que foi novamente posta em questão pela crise da semana passada. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, chegou ontem a Washington para rediscutir o acordo que o governo negociou com o FMI, em novembro passado.

Em sua defesa, o Fundo e o Tesouro poderão dizer que recomendaram ao governo brasileiro uma política mais flexível de bandas cambiais. É verdade. Segundo um alto funcionário brasileiro que participou das negociações do acordo com o FMI, foi principalmente a resistência do ex-presidente do BC Gustavo Franco, que impediu uma aceleração do câmbio como o alargamento do mecanismo de minibandas, sugerido pelo FMI e pelo Tesouro. Mesmo assim, o FMI e o Tesouro ficaram numa posição mais tênue para responder a seus críticos.

Esses críticos viram no pânico causado pela primeira tentativa do governo de mudar a banda cambial, na quarta-feira, mais uma prova do fracasso da estratégia de Washington para lidar com o problema do contágio das crises financeiras globais. E certamente não darão crédito ao FMI e ao Tesouro pela decisão do governo brasileiro de deixar o mercado determinar o valor do real, porque esta opção, escolhida pela equipe de Malan em desespero de causa e por absoluta falta de alternativa, não faz parte do atual catecismo do Fundo para economias emergentes.

Se o ataque especulativo contra o Brasil de fato cessou — e ainda é cedo para saber se foi isso o que ocorreu na sexta-feira —, não foi por causa da ativação dos mecanismos de prevenção de crises embutidos no crédito de US\$ 41,5 bilhões que o FMI e a comunidade financeira oficial concederam ao País.

Uma das ironias da situação potencialmente mais confortável criada pela adoção de uma política cambial que nem o governo nem o Fundo ou o Tesouro defendiam no caso brasileiro é que os quase US\$ 32 bilhões de recursos do FMI ainda à disposição do país poderão se tornar menos necessários, caso o Congresso brasileiro e os governos estaduais entenderem que é suicídio desafiar a vontade do mercado num regime de câmbio livre e apoiarem prontamente a aprovação e execução das medidas ainda pendentes do programa de ajuste fiscal.